

Petróleo, Royalties & Região

UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano V, nº 17 – Setembro / 2007

ISSN 1980-6310

APOIO:



OS ROYALTIES E SEUS IMPACTOS

saquenaconta dofuturo

Novo livro discute as conseqüências, tanto negativas quanto positivas, da abundante distribuição de royalties do petróleo. Leia resenha do BPR&R e o texto de apresentação da obra feito por Luiz Pinguelli Rosa

PÁGINAS 2, 3 e 4

Arte que ilustra a capa do livro "Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância", da editora Garamond

MATÉRIA

ANP questiona "indústria de liminares"

Durante evento no Rio, diretor da Agência Nacional de Petróleo, Víctor Martins, lança suspeitas sobre o que poderia ser uma "indústria de liminares" para beneficiar municípios. Prefeitos respondem no BPR&R.

PÁGINAS 5, 6 E 7

ARTIGO

A efêmera vida dos royalties

Artigo comenta os principais fatores que geram impacto sobre os valores dos royalties do petróleo. Preço do barril, cenário político global, taxa de câmbio e legislação fazem os repasse flutuarem.

PÁGINAS 8, 9 e 10

CONFIRA RESENHA DO LIVRO "PETRÓLEO E REGIÃO NO BRASIL: O DESAFIO DA ABUNDÂNCIA", PUBLICAÇÃO QUE DÁ SEQUÊNCIA À PRIMEIRA COLETÂNEA ORGANIZADA PELO MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES, DA UCAM, E TRAZ ARTIGOS QUE AMADURECEM A ABORDAGEM DOS IMPACTOS REGIONAIS DO SETOR PETRÓLEO

■ RESENHA ■

O custo da dependência

Nova coletânea aborda os impactos regionais da distribuição dos royalties do petróleo. Para o bem ou para o mal, atual geração faz um saque na conta do futuro

LIVRO: PETRÓLEO E REGIÃO NO BRASIL: O DESAFIO DA ABUNDÂNCIA

EDITORA: GARAMOND

ORGANIZADORES: ROSÉLIA PIQUET E

RODRIGO SERRA

LANÇAMENTO: OUTUBRO 2007

Os textos reunidos nesta coletânea, apoiada de forma decisiva pela Petrobras, dão continuidade ao livro *Petróleo, Royalties e Região*, publicado em 2003, também pela Garamond, com apoio da Society of Petroleum Engineers (SPE – Seção Brasil). A obra reflete o amadurecimento das pesquisas em desenvolvimento no âmbito do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes, bem como o papel de articulador deste centro de pesquisa, ao reunir contribuições acerca das implicações espaciais da atividade petrolífera no país.

Papel articulador, sustentado, sobretudo, pela regularidade deste Boletim *Petróleo, Royalties e Região* que vem, desde 2003, com apoio do CNPq e da Fenorte/Tecnorte, dando visibilidade ao debate sobre a distribuição e aplicação das rendas petrolíferas, reunindo contribuições de pesquisadores e planejadores de, praticamente, todas as regiões petrolíferas do país.

A principal razão para a publicação de uma segunda coletânea tendo como foco as relações entre as atividades petrolíferas e as regiões que



lhes dão suporte é a clara deficiência deste debate no país. Sendo esta atividade fundamental e estratégica para a soberania de qualquer Estado Nacional e capaz de gerar rupturas drásticas no plano internacional, seus aspectos geopolíticos, econômicos e tecnológicos são os mais estudados e divulgados. Ao mesmo tempo, em contrapartida, as áreas produtoras são vistas

frequentemente como simples territórios de extração de riqueza, com relevância secundária. A presente coletânea busca justamente suprir esta lacuna, ressaltando a importância dos impactos espaciais desta atividade. Neste sentido, foram selecionados textos centrados em questões que afetam as regiões e os municípios onde se dão tais atividades.

Na história de sua existência

Temas e autores da primeira parte

1. Indústria do Petróleo e Dinâmica Regional – reflexões teórico-metodológicas.

Rosélia Piquet
(Ucam/Campos)

2. Participações Governamentais: passado, presente e futuro.

José Gutman
(ANP)

3. Concentração Espacial das Rendas Petrolíferas nas Esferas Locais de Governo.

Rodrigo Serra
(Ucam/Campos; Cefet Campos)

4. O Próximo Ciclo de Expansão do Setor de Petróleo e Gás no Brasil: oportunidades e desafios para os fornecedores locais de bens e serviços.

Eduardo Rappel
(CPG – FIEB)

5. A Pobreza e a Riqueza nas Cidades do Petróleo.

Elzira Oliveira
(Ucam/Campos);
Gustavo Givisiez
(Ucam/Campos)

LIVRO ABORDA A REALIDADE DOS MUNICÍPIOS “PETRO RENTISTAS”, QUE SOBREVIVEM DE RENDAS DERIVADAS DO PETRÓLEO APENAS PELO FATO DE ESTAREM PRÓXIMOS A ÁREAS DE PRODUÇÃO. CARÁTER PARADOXAL DO SETOR, CIDADES AINDA CONVIVEM COM O FATO DE SEREM ILHAS PRODUTORAS E, AO MESMO TEMPO, CONECTADAS AO MERCADO GLOBAL

continuação da página 2

no Brasil, a atividade petrolífera já deixou marcas irreversíveis na paisagem social e ambiental dos territórios onde se desenvolveu. A ambigüidade desta atividade é perturbadora: de um lado, se desenvolve quase de forma isolada nas localidades onde se processa, mais conectada que está ao mercado internacional; de outro, funciona como motor propulsor de riqueza, não só através da multiplicação de empresas e empregos diretamente vinculados ao setor, mas também por via das compensações financeiras que distribui às administrações públicas de localidades por ela afetadas. De forma inusitada, há ainda, devido a impropriedades nas regras de rateio das compensações financeiras, um conjunto especial de municípios para os quais atribuímos a alcunha de petro rentistas, pois não possuem outra relação com a atividade petrolífera que não a de estarem próximos das áreas de produção marítima e receberem parcelas significativas das rendas públicas do petróleo.

Trata-se de um setor industrial intensivo em capital, causador de pesados danos sobre o meio ambiente e que organiza o espaço de modo extremamente seletivo e globalizado. Tal seletividade se reforça quando se observa que, também em decorrência das leis que regulam a distribuição das compensações financeiras advindas da atividade petrolífera, vem ocorrendo um efeito de polarização espacial da riqueza pública no interior das regiões produtoras. São municípios com orçamentos milionários coexistindo com municípios limítrofes paupérrimos.

Sobre os municípios de orçamentos milionários convergem interesses de diversas disciplinas, e na medida em que se multiplicam as investigações

sobre estes, vem sendo reforçada a hipótese de estarem enfrentando o paradoxal desafio da abundância. Um desafio que se manifesta, dentre outras formas: no descompasso entre a capacidade de planejar o gasto e o ritmo crescente das receitas; na preguiça fiscal resultante da lógica tributária de não incomodar o contribuinte eleitor na medida em que as compensações petrolíferas cobrem as necessidades de gasto das prefeituras; na constituição de cidades “sem crítica”, devido ao poder amplo de cooptação dos organismos políticos da sociedade civil.

REGIÕES PETROLÍFERAS

Com a Bacia de Campos respondendo por mais de 83% da produção nacional de petróleo e de 42% do gás natural, já se pode depreender sinais da profundidade da experiência por que passou e passa a Região Norte Fluminense em função da instalação desta indústria. Tal experiência, porém, não é privilégio desta região, sendo aqui trazidos estudos sobre os vínculos territoriais da atividade petrolífera no Espírito Santo e no Semi Árido Potiguar.

Por se acreditar que o entendimento sobre as conjunturas locais exige análises sobre as perspectivas dessa indústria e, por consequência, sobre o montante de impostos que ainda irá proporcionar aos locais de sua atuação, os textos selecionados são organizados em dois blocos. No primeiro são apresentados aqueles de natureza geral, como a discussão política sobre a adequação da distribuição das compensações financeiras e as perspectivas da indústria para-petrolífera no Brasil. No segundo, são agrupados os textos que analisam as questões locais, os efetivos vínculos da atividade com o território.

Temas e autores da segunda parte

6. Sobrefinanciamento e Desenvolvimento Institucional nos Municípios Petro-Rentistas da Bacia de Campos

Tânia Braga
(Ucam/Campos; Unicamp);
Denise Terra
(Ucam/Campos);
Rodrigo Serra
(Ucam/Campos; Cefet Campos)

7. Os Impactos das Participações Governamentais nas Finanças Públicas e na Economia do Espírito Santo.

Robson Grassi
(UFES);
Sávio Caçador
(UFES)

8. A Atividade Petrolífera no Semi-Árido Potiguar.

Mário Jesiel
(Petrobras/RN)

9. Empresas e Empresários do Norte Fluminense: uma análise qualitativa

Rosélia Piquet
(Ucam/Campos)
Elzira de Oliveira
(Ucam/Campos)

10. Impactos sócio-econômicos e espaciais da instalação do pólo petrolífero em Macaé, RJ.

Ailton M. de Carvalho
(UENF);
Carla Pontes
(Ucam/Campos)
Érica Tavares da Silva
(UENF)
Leonardo de Carvalho
(ENCE/IBGE)
Maria Eugênia Totti
(UENF)

11. Quissamã: um município petrorrentista.

José Luis Vianna da Cruz
(UFF)
Ana Beatriz Manhães Pinto
(CEFET Campos)

PINGUELLI ROSA DESTACA ASPECTO DO LIVRO QUE LEMBRA A ESPÉCIE DE SAQUE QUE É FEITO NA CONTA DO FUTURO: “ESTA OBSERVAÇÃO RECORDA A AUSÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA PARA A PRODUÇÃO DO PETRÓLEO NO PAÍS”, DESTACA.

continuação da página 3

Confira na íntegra o texto da orelha do livro, por Luiz Pinguelli Rosa

Este livro, organizado por Rosélia Piquet e Rodrigo Serra, aborda uma questão pouco estudada em profundidade – o impacto da indústria do petróleo em nível regional, atingindo, para o bem e para o mal, as estruturas sócio-econômicas de municípios. É esta dupla face da moeda que torna mais interessantes os estudos aqui reunidos, de acordo com uma visão que os integra em um todo coerente e abrangente. Isto fica claro na primeira parte do livro, que trata da dinâmica regional e do método para estabelecer os elos entre petróleo e região.

É esclarecedora a história das chamadas participações governamentais incluindo royalties e participação especial. Embora retomando o tema da coletânea organizada por Rosélia Piquet em 2003, aqui o assunto é desmembrado por estados e acompanhado de uma minuciosa análise. Começando pelo Amazonas, onde a participação especial começou a ser paga ao município de Coari, detentor de importantes reservas de gás natural para aquela região, passa pelos estados do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo, e chega ao do Rio de Janeiro, onde estão as maiores reservas brasileiras de hidrocarbonetos. E, portanto, a maior renda derivada da atividade petroleira.

Há aqui uma indagação sobre a estratégia de desenvolvimento do país: a auto-suficiência em petróleo “não pode ... obscurecer o fato de que a colossal extração de riqueza finita representa um saque feito à conta das futuras gerações”. Esta observação recorda a ausência de uma estratégia para a produção do petróleo no país, mantendo-se os leilões de bacias sedimentares em um ritmo que não é determinado por uma projeção futura da produção em face do aumento da demanda, das reservas de petróleo e do seu preço internacional.

Apesar da abertura do monopólio antes exercido pela Petrobras, prevê-se que 85% dos investimentos nos próximos cinco anos serão feitos por essa empresa, o que põe em questão as justificativas apresentadas para a quebra do monopólio no governo Fernando Henrique.

A segunda parte do livro apresenta uma radiografia, em detalhe, das regiões petrolíferas, incluindo a situação de municípios impactados pela indústria de petróleo nas áreas de influência da Bacia de Campos, do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte, ressaltando a preocupação em destacar as benesses e os ônus da atividade.

Em Petróleo e Região no Brasil – o desafio da abundância, o leitor terá à disposição informações enriquecedoras sobre as relações entre a indústria do petróleo e os impactos locais dessa atividade. Nesse aspecto destaca-se Quissamã, um pequeno município da Bacia de Campos que tem sabido tirar o melhor proveito da indústria do petróleo.

Valter Campanato/ABr



LUIZ PINGUELLI ROSA
Coordenador do
Programa de
Planejamento Energético
PPE/Coppe/UFRJ

DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO AFIRMA EM EVENTO ORGANIZADO PELA PRÓPRIA ANP, QUE MUITOS MUNICÍPIOS VÊM, INDEVIDAMENTE, OBTENDO DECISÕES JUDICIAIS PARA RECEBER RECURSOS DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO. AGÊNCIA REALIZA LEVANTAMENTO DOS CASOS

■ Matéria ■

Municípios sob suspeição

Diretor da ANP gera polêmica ao denunciar possível existência de uma “indústria de liminares”

Ignácio Ferreira/Secom-RJ

■ Vitor Menezes

Após a repercussão das declarações do diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Victor Martins, de que haveria uma espécie de indústria de liminares operando no país em favor de municípios que pleiteiam o recebimento de royalties e participações do petróleo, a ANP adotou um comportamento mais cauteloso. Ao **Boletim Petróleo, Royalties & Região**, a Agência informou, através de sua assessoria de imprensa, no último dia 10, que foi solicitado um levantamento sobre os casos dos municípios beneficiados por decisões judiciais e que somente após a conclusão deste trabalho a ANP voltará a se manifestar sobre o tema.

As suspeitas da Agência foram reveladas por Martins em um evento realizado pela própria ANP no último dia 16 de agosto, no Rio. A Agência reuniu prefeitos, secretários



ANP REUNIU REPRESENTANTES DE GOVERNOS E ESPECIALISTAS EM EVENTO SOBRE ROYALTIES

criação de uma nova área do site da ANP onde é possível fazer cálculos sobre os pagamentos.

Na abertura do evento, o diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, lembrou a importância das participações governamentais para municípios e estados brasileiros, destacando que a redistribuição de renda no Brasil, na última década, tem relação com as participações governamentais, que atualmente são recebidas por dez estados e 890 municípios, além da União. Segundo ele, entre 1997 e 2006, foram distribuídos R\$ 32,2 bilhões em participações.

O evento contou ainda com dois painéis: um sobre a experiência do Fundecam

(Fundo de Desenvolvimento do Município de Campos), apresentado pelo presidente do Fundo, Luiz Mário Concebida, e outro sobre a fiscalização da aplicação dos recursos das participações governamentais, apresentado pelo técnico de controle externo do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro), Marcelo Martinelli Murta. O estado do Rio foi representado pelos secretários Júlio Bueno (Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços) e Joaquim Levy (Fazenda).

A DENÚNCIA

Em sua participação, Victor Martins lembrou que o pagamento de royalties sobre

leo e gás foi estendida pela Justiça a mais 29 municípios nos últimos anos. Apenas no mês de julho, informou, R\$ 13 milhões foram repassados a essas cidades por força de liminares. “Esse movimento

AGÊNCIA QUESTIONA EXCESSO DE DECISÕES JUDICIAIS FAVORÁVEIS AOS MUNICÍPIOS

está se intensificando na Região Nordeste do País, de uma forma acentuada no último ano. Cada processo é diferente, há diversas ale-

ANP ORGANIZA EVENTO PARA LANÇAR NOVA FERRAMENTA DE PESQUISA

municipais e estaduais, especialistas, imprensa especializada e demais interessados no tema da distribuição dos royalties para anunciar a

BPR&R OUVIU PREFEITOS SOBRE AS DECLARAÇÕES DO DIRETOR DA ANP. REPRESENTANTES DE TRÊS CIDADES AFIRMAM QUE SUSPEITAS NÃO SE APLICAM PARA OS SEUS CASOS. MAIORIA, NO ENTANTO, NÃO RESPONDEU AOS E-MAILS ENVIADOS PELO BOLETIM

Continuação da página 5

gações”, afirmou, lembrando que o maior movimento está sendo observado em Pernambuco, como registrou a Agência Reuters, em texto que foi publicado em vários jornais e sites.

Martins argumentou que muitos dos municípios beneficiados por decisões judiciais não têm qualquer relação com a produção petrolífera,



IGNÁCIO FERREIRA/SECOM-RJ
VICENTE GUEDES (APREMERJ), JÚLIO BUENO (FAZENDA/RJ), VICTOR MARTINS (ANP), HAROLDO LIMA (ANP) E JULIO RABELLO (TCE/RJ)

VICTOR MARTINS:
“NO MÁXIMO,
ALGUNS MUNICÍPIOS
TÊM UM POSTO DE
COMBUSTÍVEL”

e que as primeiras liminares começaram a aparecer a partir de 2002. “Não quero parecer jocoso, o máximo que alguns municípios participam da cadeia petrolífera é o fato de terem um posto de gasolina”, afirmou.

A afirmação mereceu amplo registro nas editorias de economia dos jornais. No portal do jornal *O Globo*, o blogueiro Jean-Paul Prates, especializado no tema, concordou com Martins, descrevendo parte de um submundo de ofertas feitas a municípios

por escritórios de consultoria que prometem viabilizar, com ações judiciais, a conquista de pagamento de royalties do petróleo:

“De fato, em nossa lida diária com prefeitos e secretários de estados país afora, temos nos deparado com relatos de audiências destes com “consultores técnicos” e advogados sem qualquer credencial de atuação neste setor que prometem aos prefeitos aumentar ou “criar” receita de royalties em prazos tão exíguos quanto 2 semanas (sic!), antes sequer de analisar o caso concreto”,

disse Prates, em post datado de 16 de agosto.

O comentarista também revelou que “o processo invariavelmente envolve ações de argumentação precária e sentimentalóide, movidas na Justiça local e levadas a tribunais regionais contra a ANP. Surpreendentemente (ou nem tanto) elas resultam em decisões liminares mandando que o órgão regulador imediatamente remaneje recursos antes distribuídos para outros municípios para pagar aos liminaristas que, pelos critérios objetivos da lei e de sua regulamentação,

jamais teriam tal direito”.

OUTRO LADO

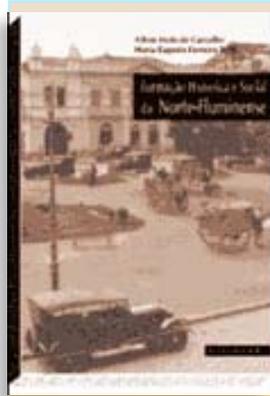
Ouvidos pelo BPR&R, representantes de alguns municípios beneficiados recentemente por decisões judiciais referentes ao pagamento de royalties não viram pertinência, pelo menos nos seus casos, nas declarações do

COMENTARISTA
DA IMPRENSA
CONFIRMA
PERTINÊNCIA DA
DENÚNCIA

diretor da ANP.

Oficialmente, a Prefeitura de Juiz de Fora (MG), através da sua assessoria de comunicação, informou que “a suspeita da ANP não se aplica ao município, uma vez que a cidade não entrou com liminar solicitando o recebimento do benefício. O recurso adotado pelo município para pleitear o benefício foi tutela antecipada. Tal ação se deu por conta de Juiz de Fora ter recebido os royalties regularmente desde o ano de 1996, até a tentativa de suspensão,

CONTINUA NA PÁGINA 7



FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO NORTE FLUMINENSE

EDITORA GARAMOND

Organizado por Ailton Mota de Carvalho e Maria Eugênia Ferreira Totti

Com textos de Maria Eugênia Ferreira Totti - Paulo Pedrosa - José Luís Vianna da Cruz - Teresa Peixoto Faria - Érica Tavares da Silva - Paulo Marcelo de Souza - Niraldo José Ponciano - Romeu Silva Neto - Ailton Mota de Carvalho - Rodrigo Valente Serra - Denise Tavares Terra - Sônia Martins de Almeida Nogueira

CONFIRA AS VERSÕES DAS PREFEITURAS DE JUIZ DE FORA (MG), CABO DE SANTO AGOSTINHO (PE) E OSÓRIO (RS) SOBRE A BATALHA JUDICIAL QUE TRAVAM PELO PAGAMENTO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO

Continuação da página 6

pela ANP, em 2002”.

A município defende a permanência do pagamento dos royalties em razão de sediar uma estação de desembarque de gás natural. Como considera legítimo o seu pleito e afirma não estar incluída em nenhuma forma de “indústria de liminares”, a prefeitura de Juiz de Fora informou ainda que não adotará qualquer forma de reação

CABO DE SANTO AGOSTINHO: DENÚNCIA É “TOTALMENTE INFUNDADA”

em relação às declarações de Martins.

Representante do único município pernambucano a responder ao Boletim, o secretário municipal de comunicação de Cabo de Santo Agostinho, Abel Neto, declarou que a afirmação do diretor da ANP é “totalmente infundada no que diz respeito

ao nosso Município”. Neto argumenta que “a constituição Federal no seu artigo 20 assegura a participação dos municípios na exploração de gás ou passagem de City/Gate em seu território, pela nossa cidade passa os equipamentos do gasoduto Guamaré-Cabo de Santo Agostinho da Petrobras”, afirmando ainda que a cidade já possui julgado a seu favor o mérito da questão, não estando amparada apenas em decisão liminar.

A reação mais dura em relação às declarações de Martins vieram do prefeito de Osório (RS), município também beneficiado recentemente por decisão judicial relativa a royalties. Romildo Bolzan Júnior afirmou, ao BPR&R, que ainda não havia tomado conhecimento da notícia com as afirmações do diretor da Agência Nacional do Petróleo, “mas o que vem da ANP, para o Município de Osório, não surpreende, em face de equívocos constantes que comete na interpretação legal”.

O prefeito argumentou

que o município de Osório “questiona judicialmente com a ANP, há muito tempo, com sentença favorável de primeiro grau na Justiça Federal do RS, a aplicação dos royalties do petróleo em seu favor”. Segundo ele, “os efeitos dos pagamentos não foram interrompidos com a decisão de primeiro grau, nem a ANP conseguiu alterar através de outras medidas judiciais. Tal fato decorre de ter sido interrompido, sem qualquer justificativa prévia, o seu pagamento, de modo unilateral de parte da ANP”.

Osório defende ter direito ao pagamento dos royalties em razão de sediar o Terminal Almirante Soares Dutra, da Transpetro, que recebe óleo bruto, nafta e outros produtos das monobóias marítimas, além de realizar tancagem e transbordo, abastecendo a Refap (Refinaria Alberto Pasqualini), em Canoas (RS).

“O estabelecimento localizado em Osório possui mais de 15 tanques de estoque, recebendo permanentemente em torno de dois a três

navios para descarga, em fluxo contínuo. Portanto, a operação da monobóia e a da tancagem estão interligadas, não existindo qualquer possibilidade de funcionar uma sem a outra”, argumenta.

O prefeito Bolzan Júnior disse ainda que “como outras agências de regulação, a ANP não possui mais o crédito público para duvidar de alguma coisa. As suspeitas

OSÓRIO: “ANP NÃO POSSUI CRÉDITO PÚBLICO PARA DUVIDAR DE ALGUMA COISA”

que levantam não são contra o Município e suas ações, mas contra o Judiciário Federal, que deve ser indagado sobre o tema para as devidas providências. No entanto, se a ANP fosse mais diligente, não estaria sofrendo tantas demandas judiciais, que somente em Osório já somam três”.

NOTA DO BPR&R

Boletim buscou ouvir os municípios que recebem royalties em razão de decisões judiciais

O Boletim Petróleo, Royalties & Região procurou dar oportunidade para que todas as prefeituras beneficiadas recentemente por decisões judiciais referentes aos royalties do petróleo comentassem as declarações feitas pelo diretor da ANP, Victor Martins. De acordo com dados disponibilizados pela própria Agência, em seu site, 32 municípios recebem royalties em decorrência de processos judiciais. Destes, o Boletim localizou os sites oficiais de 22 prefeituras, e enviou e-mail padrão, nos dias 10 e 11 de setembro, onde apresentou as seguintes questões: “Como a Prefeitura avalia a suspeita da ANP?”, “O que justifica o pleito do seu município em ser recebedor de royalties?”, e “O município pretende reagir de alguma forma em relação às declarações da ANP?”. O Boletim aguardou respostas até o último dia 20 de setembro. Três municípios responderam — Juiz de

Fora (MG), Cabo de Santo Agostinho (PE) e Osório (RS) —, e suas declarações constam da matéria acima.

O Boletim enviou e-mail e não obteve resposta dos seguintes municípios: Maracanaú (CE), Horizonte (CE), Pedras de Fogo (PB), Santa Rita (PB), Camaragibe (PE), Goiana (PE), Barra Mansa (RJ), Pirai (RJ), Volta Redonda (RJ), Goianinha (RN), Macaíba (RN), Canoas (RS), Nossa Senhora do Socorro (SE), Rosário do Catete (SE), São Gonçalo do Amarante (CE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Moreno (PE), Recife (PE) e Itaporanga d’Ajuda (SE).

Não possuem sites ou e-mails oficiais e não puderam ser contatados os municípios de Aracati (CE), Itambé (PE), Itaquitinga (PE), Paulista (PE), São Lourenço da Mata (PE), Vitória de Santo Antão (PE), Japeri (RJ), Ielmo Marinho (RN), Santo Amaro das Brotas (SE) e Sirinhaem (PE).

SUJEITOS A VARIAÇÕES EM SEUS VALORES, OS REPASSES DOS ROYALTIES FLUTUAM EM RAZÃO DE FATORES COMO PREÇO INTERNACIONAL DO BARRIL DE PETRÓLEO, CENÁRIO POLÍTICO GLOBAL, TAXA DE CÂMBIO E LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A DISTRIBUIÇÃO

■ Artigo ■

A volatilidade dos componentes das participações governamentais do petróleo

■ Daniel Bregman

A recente queda dos valores repassados das participações governamentais do petróleo, entre os meses de março e abril de 2007, traz à tona a discussão da incerteza acerca da trajetória futura dos seus componentes: o preço internacional do produto, a taxa de câmbio, a produção do óleo e as inúmeras propostas de modificação da legislação vigente referentes ao seu rateio. Os próximos parágrafos procurarão apontar as fontes de volatilidade de cada um

desses componentes.

A tabela 1 (abaixo) apresenta a evolução dos royalties, da participação especial, do preço médio anual do petróleo tipo Brent e da taxa anual média de câmbio de 2001 a 2006.

A referida queda dos royalties e participação especial (março e abril de 2007) esteve relacionada com a apreciação do real fren-

te ao dólar. Os beneficiários já tiveram de lidar com algo similar, mas no sentido inverso, em 2002. Este artigo não pretende discutir as razões

QUEDA NOS VALORES
DOS ROYALTIES
LEVANTA DISCUSSÃO
SOBRE VARIAÇÕES



TABELA 1 - PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS, PREÇO E CÂMBIO

	Royalties (A)*	Participação Especial (B)*	(A) + (B) *	Brent médio	Câmbio médio
2001	2.503,3	1.722,0	4.225,3	24,80	2,35
2002	3.184,0	2.510,2	5.694,2	24,98	2,92
2003	4.396,4	4.997,4	9.393,8	28,35	3,19
2004	5.042,8	5.272,0	10.314,8	36,23	2,95
2005	6.206,1	6.965,1	13.171,2	51,90	2,52
2006	7.703,5	8.840,0	16.543,5	64,37	2,19

Fonte: ANP - Consolidação das Participações Governamentais e de Terceiros

* R\$ milhões correntes

GRÁFICOS MOSTRAM A FLUTUAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO DE JANEIRO DE 1997 A JANEIRO DE 2007 E A EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO BRENT, DOIS DOS FATORES QUE GERAM IMPACTO NOS MONTANTES DISTRIBUÍDOS A TÍTULO DE ROYALTIES

Continuação da página 8

da volatilidade do câmbio, mas ressalta-se que, desde a mudança do regime cambial,

tróleo tipo Brent, a partir de 2001¹.

No curto prazo, a produção de petróleo é a menos volátil dos componentes apontados. Porém, há a incerteza acerca da produção no médio prazo: os geólogos divergem nas estimativas de reservas de petróleo. Não se sabe com exatidão por

quanto tempo as regiões que hoje dependem da produção de petróleo apresentarão com elevados patamares de produção.

A volatilidade dos três fatores analisados afeta diretamente a arrecadação dos royalties: seu montante crescerá ou se reduzirá na medida que esses compo-

nentes se modifiquem. Há, no entanto, um quarto fator que pode influenciar de sobremaneira os recursos recebidos por um beneficiário, mesmo que os determinantes analisados anteriormente não se modifiquem: trata-se da legislação dos recursos do petróleo.

A única alteração na legis-

INCERTEZA NO CENÁRIO INTERNACIONAL GERAM VOLATILIDADE

em 1999, a volatilidade tem marcado o comportamento da taxa de câmbio.

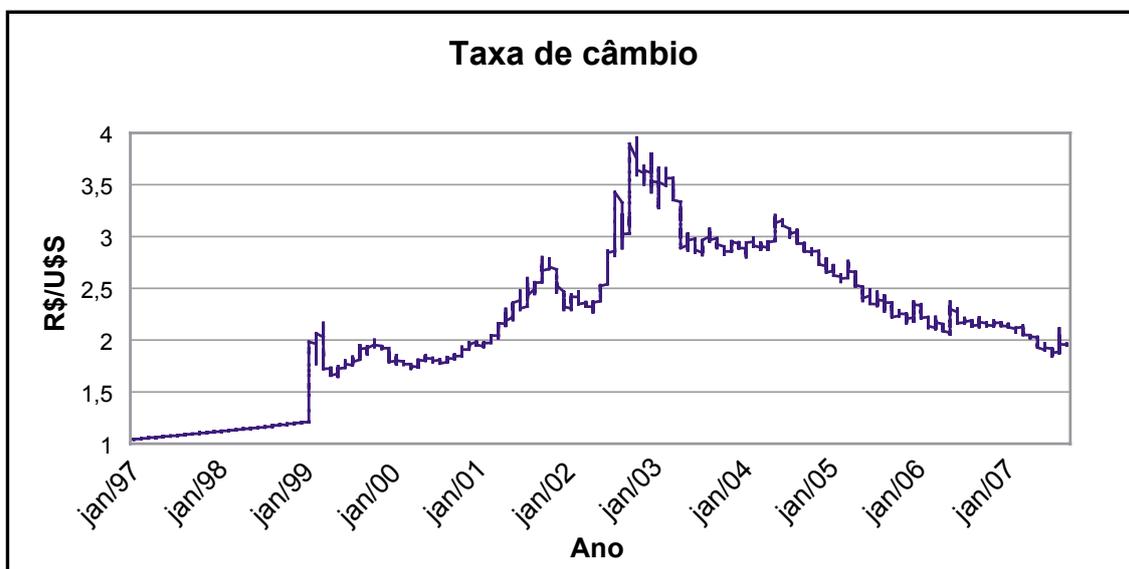
Elementos de incerteza, tanto ligados à oferta quanto à demanda de petróleo, podem aumentar a volatilidade do preço internacional do produto: fatores de duração e magnitude imprevisíveis, como o crescimento mundial puxado pela China e a instabilidade política no Iraque impedem a formação de uma banda estável de preços, como a de US\$ 22-28, anterior à guerra do Iraque.

Desde então as expectativas em relação ao preço do petróleo não têm se acomodado. Um bom exemplo foi a escalada dos preços no início deste mês de setembro: após

EXPECTATIVAS SOBRE O PREÇO DO PETRÓLEO NÃO TÊM SE ACOMODADO

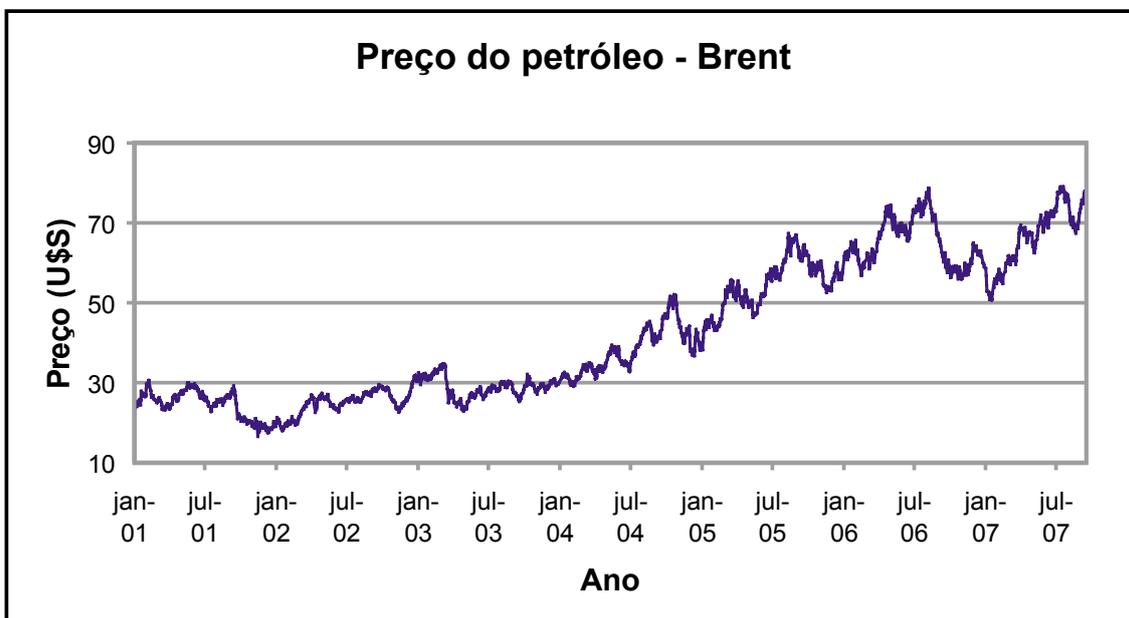
esse evento, o Goldman Sachs aumentou sua previsão para o preço ao final de 2007 de US\$ 72 para US\$ 85. O gráfico 2 (ao lado) apresenta os valores do preço do pe-

GRÁFICO - 1



FONTE: BACEN

GRÁFICO - 2



FONTE: PETROBRAS

ECONOMISTA CONCLUI ARTIGO LEMBRANDO O PESO QUE PODE TER NA VARIAÇÃO
DOS REPASSES DOS ROYALTIES AS POSSÍVEIS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO
BRASILEIRA QUE REGULAMENTA A DISTRIBUIÇÃO

■ Continuação da página 9

lação que, *coeteris paribus*, pode influenciar o total de recursos é a modificação da alíquota das compensações. No entanto, as recentes propostas de mudança da legislação no Brasil, que se tornaram muito frequentes após a elevação das participações governamentais, normalmente não prevêm alterações na alíquota.

Os elevados repasses aos municípios confrontantes têm atraído projetos que propõem a pulverização de recursos, em especial para outros municípios. A disputa pela manutenção das regras

vigentes fez com que os principais municípios beneficiários criassem a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (Ompetro).

A constatação de que as participações governamentais apresentam elevada volatilidade pelo comportamento de seus componentes impõe um tratamento especial a esses recursos: o gestor público deve ser prudente nos gastos, sempre que possível evitar projetos que dependam da manutenção do nível de recursos, pois há a possibilidade de não contar com recursos da mesma or-

dem no futuro.

Uma alternativa desenvolvida com sucesso em alguns países² é a criação de um fundo que acumule recursos quando as rendas se elevam e gaste quando estas se reduzem, de maneira a estabilizar as rendas do petróleo. O sucesso ou fracasso da construção do fundo, no entanto, depende fundamentalmente da preocupação da classe política e da sociedade como um todo.

DANIEL BREGMAN É ECONOMISTA DA SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO

DA FAZENDA E MESTRANDO DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ.

■ NOTAS

1 - Em seu Art. 3o, Portaria ANP n. 206, de 2000, prevê que o preço do petróleo tipo Brent como um dos determinantes do preço mínimo para o cálculo das participações governamentais.

2 - Os casos da Noruega, da província canadense de Alberta e do estado americano do Alasca são apontados pela literatura como casos de sucesso de gestão de rendas do petróleo por fundos.

Petróleo, Royalties & Região

ISSN 1980-6310

Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (Rua: Anita Peçanha, 100 - Parque São Caetano / Campos dos Goytacazes - RJ CEP 28040-320
telefax:(0xx22) 2733-4100)

Ano V, Nº 17 - Setembro/2007

Coordenação: Rodrigo Valente Serra e Denise Cunha Tavares Terra
Editor e Jornalista Responsável: Vitor Menezes (DRT 21374)
Arte, Projeto Gráfico e diagramação: Alessandro Moraes (22) 8111-9597
Bolsistas: Rafael Aviz e Thiago Muniz (FENORTE/TECNORTE) e Fellipe Paes Ferreira (CNPq).

Distribuído por Correio Eletrônico - Também disponível no site www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site Royalties do Petróleo

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br



- Documentos legais
- Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties
- Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas
- Desenvolvimento nas regiões petrolíferas
- **INFOROYALTIES**

Você também pode enviar o seu artigo para boletim@ucam-campos.br